



11 DE FEVEREIRO DE 2011 **sexta-feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **Após cortes de R\$ 50 bi, mínimo será prova de fogo para Dilma**
- **Indústria perde faturamento e dólar tem papel essencial**
- **Paraná e São Paulo disputam unidade da sueca Leax**
- **Facção no Orçamento evita aumento de um ponto percentual na taxa Selic**
- **Conselho suspende julgamentos**
- **Faturamento da indústria cresce 9,9% em 2010**
- **Microempreendedor deve apresentar a DASN-SIMEI até 28/2**
- **Líder da base governista garante correção da tabela do IR**
- **Diretoria do Sebrae promete formalizar mais 500 mil MEI no ano**
- **Projeto obriga endossante a honrar título de crédito**
- **Governo quer votar novo projeto na quarta-feira, dia 16/2**

Câmbio		
Em 11/02/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,671	1,673
Euro	2,259	2,261

Fonte: BACEN

APÓS CORTES DE R\$ 50 BI, MÍNIMO SERÁ PROVA DE FOGO PARA DILMA

11/02/2011- Gazeta do Povo

Depois do anúncio do corte de R\$ 50 bilhões no orçamento deste ano e da insatisfação da base aliada em ver bloqueadas suas emendas parlamentares, a primeira prova de fogo de Dilma Rousseff (PT) no Congresso, a votação do salário mínimo, já tem data marcada: a próxima quarta-feira, em sessão extraordinária. O projeto de lei encaminhado ontem aos parlamentares estabelece o valor do piso em R\$ 545 neste ano. Também define as diretrizes para a política de valorização do mínimo entre 2012 e 2015.

Apesar de o governo federal ter anunciado que conta com o apoio de 16 dos 17 partidos de sua base – o PDT é o único aliado rebelde –, o resultado da votação é uma incógnita. Fontes do Planalto que dizem que é possível o governo até mesmo aceitar aumentar o valor para R\$ 560 – embora o discurso oficial seja de que reajuste maior do que R\$ 545 pode comprometer o esforço de economia, destinado a conter a inflação crescente.

O próprio corte de R\$ 50 bilhões no orçamento deste ano, anunciado na quarta-feira, jogou mais lenha na fogueira da negociação do mínimo. Haveria insatisfação de deputados da base aliada em ver suas emendas cortadas (dos R\$ 21 bilhões de recursos destinados pelos parlamentares para suas bases, R\$ 18 bilhões devem ser bloqueados). Ontem, o primeiro R\$ 1 bilhão, referente a 662 emendas, já foi oficialmente vetado por Dilma. Isso poderia levar os aliados a votar por um mínimo maior.

Mas, como o corte da maior parte das emendas ainda não foi detalhado, isso pode servir como moeda de troca para o governo: se o mínimo de R\$ 545 passar, os recursos não seriam contingenciados; caso contrário, o aliado que optou por votar por um reajuste maior poderia ser “retaliado” com cortes.

Novo valor será aplicado em março

O novo valor do mínimo deve ser aplicado a partir de 1º de março, caso o texto seja aprovado pelo Congresso ainda neste mês. No projeto de lei, o governo manteve a política atual de reajuste – variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no ano que passou mais o crescimento do PIB referente a dois anos antes do aumento. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, vai defender essa proposta em conversa com os partidos de oposição, o que deve ocorrer nos próximos dias.

Mas, pelo histórico recente, o governo federal não deve cantar vitória. O sociólogo Adalberto Moreira Cardoso, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, lembra que os parlamentares têm, sistematicamente, proposto valores maiores ao mínimo. “Desde o governo de FHC é assim; querem impor aumento maior. Então o Congresso deve aumentar de novo o que a Dilma propor, como fez nos últimos 16 anos.”

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, reconheceu ontem que a disputa no Congresso não será fácil, mas ressaltou que o governo não está brincando com a oferta de R\$ 545. Segundo ele, o corte de R\$ 50 bilhões “mostra a gravidade da situação fiscal” e a preocupação com as contas públicas. “A vida não termina no salário mínimo”, pontuou. Carvalho disse não entender a razão pela qual as centrais sindicais endureceram tanto o discurso contra a proposta do governo Dilma.

Apesar da reclamação de Carvalho, o embate com as centrais sindicais e com o Congresso já era esperado. Segundo o cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília (UnB), as movimentações que estão ocorrendo são normais em início de governo e fazem parte do jogo político. “O mais conveniente é fazer cortes orçamentários e discussões difíceis no início do mandato e da legislatura. E os parlamentares ainda não foram testados. Então é preciso ‘enfiar a faca’ para ver até onde eles aguentam”, observa. Por outro lado, pondera Nogueira, os parlamentares também querem “testar” a presidente.

Segundo o sociólogo Ariovaldo Santos, professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), as centrais fazem um “jogo de cena” com a negociação do mínimo. “Elas tentam demonstrar uma força que na verdade não têm. Apesar dos milhares de filiados, as centrais não têm mais grande capacidade de mobilização”, diz ele, estudioso do tema.

Acordo

A votação do reajuste do mínimo, na próxima quarta-feira, foi garantida por um acordo feito pelo líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), com dois partidos de oposição: o PSDB e o DEM.

Durante a votação, serão apreciadas as propostas de reajuste maior para o mínimo, de R\$ 560 a R\$ 600. Ainda assim, Vaccarezza diz que a expectativa é que elas não serão aprovadas. “Está crescendo, sem dificuldade, a aprovação da proposta dos R\$ 545”, disse no início da tarde de ontem. O PDT, o DEM e o PSDB trabalham com a possibilidade de racha na base para aprovar um reajuste maior.

INDÚSTRIA PERDE FATURAMENTO E DÓLAR TEM PAPEL ESSENCIAL

11/02/2011- Gazeta do Povo

O faturamento da indústria recuou 0,6% em dezembro do ano passado, apesar de a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ter aumentado de 82,6% para 82,8%, de

acordo com os Indicadores Industriais divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O leve aumento da UCI indica que apenas alguns setores da indústria estão em expansão – como os fabricantes de automóveis –, enquanto boa parte do segmento manufatureiro está em fraca evolução desde o ano passado, comentou o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

“O ingresso de importados no país, vinculado ao câmbio valorizado, prejudicou o setor. Contudo, a indústria deve apresentar melhora gradual neste ano”, disse. Vale estima que a produção industrial medida pelo IBGE deve subir 6% neste ano, ponderando, no entanto, que a previsão pode ser reduzida no curto prazo. Na avaliação de Vale, um dos fatores que vão ajudar a indústria a se recuperar paulatinamente neste ano é o câmbio. Segundo ele, a retomada mais clara da economia dos Estados Unidos atrai investidores de volta ao país, o que deve reduzir o fluxo de capitais para o Brasil. Para o economista, a cotação do real ante o dólar deve fechar o ano em R\$ 1,90, o que deve diminuir um pouco o ímpeto das importações. “Contudo, a compra de produtos do exterior deve apresentar bom nível de crescimento, pois a demanda agregada no Brasil não deve diminuir muito neste ano”, destacou.

Vale ressalta que o câmbio está prejudicando vários setores industriais, como o setor de bens de capital, que, segundo ele, deve ter registrado uma expansão muito fraca no último trimestre do ano passado. Além da competição de equipamentos importados, o setor de bens de capital normalmente reduz sua velocidade de expansão quando o Banco Central adota um ciclo de aperto monetário, como o que foi iniciado em janeiro, quando a Selic subiu para 11,25%.

Quedas

Além da queda no faturamento, os dados de dezembro em relação ao mês anterior apresentaram outras reduções: em horas trabalhadas na produção (-2,2%) e no nível de emprego (-0,5%). No entanto, quando se compara dezembro de 2010 com o mesmo mês de 2009, os números mostram aumento no faturamento (6,1%), nas horas trabalhadas (3,4%) e no emprego (4,6%). Já na comparação de 2010 com 2009 os avanços são ainda maiores. O faturamento subiu 9,9%, as horas trabalhadas aumentaram 7,1% e o emprego cresceu 5,4%.

PARANÁ E SÃO PAULO DISPUTAM UNIDADE DA SUECA LEAX

11/02/2011- Estado do Paraná

Executivos do grupo sueco Leax, fabricante de peças automotivas que pretende instalar uma unidade de produção no Brasil, reuniram-se na quarta-feira (9) com diretores e técnicos do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

Representantes do governo do Estado e das prefeituras de Curitiba e Araucária também participaram do encontro, em que foram apresentadas políticas de incentivos fiscais adotadas pelo Paraná e a estrutura de apoio às indústrias que se instalam no Estado. De acordo com os executivos suecos, a decisão sobre qual cidade brasileira receberá os investimentos da empresa será tomada até junho.

Em janeiro, dois representantes comerciais da empresa no Brasil já haviam participado de uma reunião na sede da Fiep, na capital. Desta vez, a comitiva contou com a participação de dois executivos da matriz sueca: o diretor-geral da planta Leax

Falun, Hans Jansson, e o gerente de marketing Frank Johansen, líderes do projeto da empresa para o Brasil.

Segundo Hans Jansson, a Leax ainda está fazendo levantamentos da demanda de seus clientes no Brasil para definir o tamanho da unidade que será instalada no País. "Nesta viagem, estamos visitando nossos clientes para tentar definir que tipos de componentes precisarão ser fabricados aqui e como será a nossa linha de produção", destacou.

O diretor afirmou, no entanto, que a fábrica deve ter no máximo 150 funcionários quando atingir sua capacidade máxima de produção. Ele explica que, por política da empresa, a Leax não costuma ultrapassar essa marca de empregados por planta, procurando construir novas unidades ao invés de ampliar as já existentes.

Jansson explicou que, além da Região Metropolitana de Curitiba, a Leax também analisa as condições oferecidas pela Grande São Paulo. Uma dessas duas regiões será o destino da primeira unidade da empresa na América Latina. De acordo com o executivo, a expectativa é que a decisão seja tomada até junho.

Estudos

O gerente de marketing Frank Johansen contou que os estudos para instalação de uma fábrica da Leax no Brasil começaram há quatro anos, mas foram interrompidos há cerca de um ano e meio, devido à crise financeira internacional. Ele acrescenta que a implantação de uma unidade no País faz parte de um plano global de investimentos da empresa que totalizará 60 milhões de euros até 2015. Além do Brasil, a Leax pretende se instalar também na Índia e ampliar suas atividades na Europa.

Para o vice-presidente da Fiep, Hélio Bampi, que coordenou a reunião de quarta-feira, o Paraná possui estrutura suficiente para atender às necessidades da Leax no Brasil. Segundo ele, a Fiep e o Estado forneceram os principais dados para que a empresa possa tomar sua decisão com tranquilidade. "Saímos dessa reunião otimistas, porque eles perceberam nossa forte intenção de que a empresa se instale no Paraná", declarou Bampi.

Participaram ainda representantes da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, da Agência Curitiba de Desenvolvimento, da Companhia de Desenvolvimento do Município de Araucária (Codar) e do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas do Paraná (Sindimetal).

FACÃO NO ORÇAMENTO EVITA AUMENTO DE UM PONTO PERCENTUAL NA TAXA SELIC

11/02/2011- Estado do Paraná

Caso o corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União de 2011 seja cumprido pelo governo e leve o superávit primário a atingir a meta de R\$ 117,89 bilhões neste ano, o pacote deve evitar que o Banco Central faça um aumento adicional de 1,0 ponto porcentual da taxa de juros básicos em 2011, estimam economistas consultados pela Agência Estado. Na avaliação dos especialistas, que mantêm a expectativa de uma alta de, pelo menos, 1,50 ponto porcentual nos juros neste ano, a decisão do Poder

Executivo de cortar os gastos é positiva, pois indica uma melhora na condução da política econômica, ao indicar que as políticas fiscal e monetária estão alinhadas, o que não ocorreu na administração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas do Bradesco, Octávio de Barros, sem os cortes no Orçamento, anunciados ontem pelo governo, a taxa Selic deveria subir entre 1,0 e 1,5 ponto porcentual acima do que ele projeta ser necessário neste ano, que é uma elevação de 1,5 ponto porcentual. Com esse aperto monetário e mais a adoção de medidas macroprudenciais anunciadas pelo Banco Central em dezembro, Barros estima que o IPCA deve fechar este ano com um avanço de 5,7%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) deve ter um crescimento de 4,26%.

De acordo com o chefe do Departamento de Pesquisas para Mercados Emergentes das Américas do Nomura Securities em Nova York, Tony Volpon, com o corte de R\$ 50 bilhões, o Banco Central precisará elevar os juros em 1,50 ponto porcentual neste ano, pois a demanda agregada está muito forte e a inflação está elevada. "Se as despesas não fossem cortadas naquele montante é razoável avaliar que seria preciso um aumento extra de juros de um ponto porcentual neste ano", comentou.

Na avaliação do sócio da Tendências, Juan Jensen, o corte de R\$ 50 bilhões deve elevar o superávit primário efetivo, sem artifícios contábeis, de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 para 3% do PIB neste ano. "O montante anunciado equivale a 1,2% de um PIB de R\$ 4,056 trilhões. Esse esforço fiscal extra do superávit primário de 1,8% para 3% do PIB equivale a uma alta de 1,25 ponto porcentual da Selic", afirmou.

Segundo Jensen, se não tivesse sido anunciado o corte e o governo repetisse em 2011 o superávit primário de 1,8% do PIB, uma de duas coisas ocorreria: ou a inflação subiria muito e superaria 5,9% (estimativa da consultoria para o ano) em 2011; ou os juros teriam que subir mais que dois pontos percentuais - alta que a consultoria prevê para este ano. Ou seja, sem os efeitos de contenção do nível de atividade promovidos pelo pacote, a Selic poderia subir até 3,25 pontos percentuais em 2011 para evitar que a inflação superasse a marca de 5,9%. "A absorção doméstica cresceu acima de 10% em 2010, enquanto o PIB deve ter subido 7,5% no ano passado. Isto significa que a demanda está em velocidade chinesa enquanto o PIB avança no ritmo brasileiro", disse.

Volpon, Barros e Jensen avaliam que o anúncio do corte é uma indicação favorável da presidente Dilma Rousseff. Para eles, a atuação do Banco Central está hoje em harmonia com a gestão das contas públicas. Na administração do presidente Lula, o governo acelerava o nível de atividade com gastos públicos, enquanto cabia ao BC frear o crescimento do País com alta de juros. "Os sinais do Poder Executivo relativos à gestão fiscal, como a contenção da alta do mínimo para a marca de R\$ 545, indica que a presidente Dilma quer que o governo atue com maior sintonia para que o País cresça de forma equilibrada e evite uma alta substancial da inflação", disse Volpon.

CONSELHO SUSPENDE JULGAMENTOS

11/02/2011- Valor Econômico

Os trabalhos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) recomeçaram neste ano com um novo regimento interno em vigor. Na prática, o efeito mais evidente é a suspensão de um volume maior de processos que tramitam no conselho, do que o esperado. Isso porque o novo regimento determina que os conselheiros suspendam o julgamento de processos cujo tema seja igual aqueles com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para cumprir a norma, os conselheiros têm usado uma lista, com 78 temas tributários de repercussão geral. Dentre eles, está a exclusão do ICMS da base de cálculo da Cofins.

Nas sessões ocorridas em janeiro e no início de fevereiro, diversos processos foram sobrestados. Somente em uma turma, foram mais de dez, segundo advogados que atuam no Conselho. A advogada Vivian Casanova, do BM&A Consultoria Tributária - que estava preparada para fazer sustentação oral em dois processos - teve um de seus casos suspensos por serem temas declarados como de repercussão geral no Supremo. O caso trata do prazo prescricional para pleitear a restituição de tributos, no caso dela de PIS. "Os conselheiros têm aplicado efetivamente o regimento. Porém, não há um prazo limite para que fiquem sobrestados, o que pode resultar em acúmulo de processos", afirma.

Há uma expectativa, no entanto, de que essa regra seja flexibilizada. Em uma das sessões que Vivian Casanova acompanhou, a advogada afirma que o presidente da turma, pertencente à 3ª Seção, abriu os julgamentos dizendo que muitos processos seriam sobrestados, em cumprimento ao regimento, mas que era preciso haver alguma alteração nessa regra. Na 2ª Seção, por exemplo, que trata de temas previdenciários, quase todos os processos ficariam suspensos. Muitos deles tratam da contribuição de empresas ao "Sistema S" - que inclui o Sesc, Sesi, Senai e Sebrae - declarada como de repercussão geral no Supremo.

No entanto, ainda não há nenhuma proposta concreta para amenizar o número de processos suspensos. Segundo o presidente da 2ª Seção do Carf e presidente substituto do Conselho, Caio Marcos Cândido, o Conselho estuda uma solução a ser dada, que não necessariamente passará por uma alteração do regimento.

Nos julgamentos, surgiu uma polêmica entre os conselheiros relativa ao alcance dessas suspensões. Isso porque o próprio STJ não paralisa todos os casos de mesmo tema com repercussão geral reconhecida. A Corte só faz isso quando devidamente informada pelo Supremo para proceder de tal forma. Há precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo cujo tema é o mesmo, mas a análise do STJ é legal e a do Supremo é constitucional. No julgamento de um recurso especial de Minas Gerais, por exemplo, o ministro relator Castro Meira entendeu que "embora a matéria tenha sido reconhecida como de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, descabe sobrestar o feito na fase em que se encontra."

O conselheiro da 1ª Seção, Sérgio Presta, afirma que no primeiro dia de trabalho já houve casos de processos suspensos em razão dessa nova regra. "O conselho também passou a julgar de acordo com o entendimento das Cortes superiores sobre assuntos que já foram pacificados", afirma. Segundo Presta, o Conselho sempre entendeu, por exemplo, que a Fazenda Nacional tinha um prazo de cinco anos, a contar do fato gerador do tributo, para cobrar o contribuinte por valor não pago ou pago a menor. Depois disso, o crédito estaria automaticamente extinto. Agora, os conselheiros passaram a fazer diferente. Seguindo interpretação do STJ, contam o

prazo como faziam antes apenas quando o contribuinte já tiver pago ou declarado o tributo. Senão vale a regra chamada de "cinco mais cinco", o que totaliza dez anos para a Fazenda cobrar o tributo.

O procurador-chefe da Fazenda Nacional no Carf, Paulo Riscado, afirma que alguns casos julgados pelos tribunais superiores realmente já mudaram a jurisprudência do conselho. "Há tanto casos em que isso é favorável à Fazenda, como o contrário", diz. Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a situação anterior estava afetando a legitimidade do Carf. "Agora, o conselho está mais coerente com o sistema", afirma Riscado. Em relação às críticas, o procurador afirma que, agora, ou os contribuintes deverão esperar o Supremo julgar, ou o regimento será alterado.

FATURAMENTO DA INDÚSTRIA CRESCE 9,9% EM 2010

11/02/2011- Agência CNI

Brasília – Apesar da desaceleração observada em dezembro, a atividade industrial apresentou forte expansão em 2010 em relação a 2009. Todos os indicadores tiveram alta no período. O faturamento cresceu 9,9%, as horas trabalhadas subiram 7,1%, o emprego aumentou 5,4%, a massa salarial real se expandiu em 5,9% e o rendimento médio real elevou-se em 0,5%.

Os dados são da pesquisa Indicadores Industriais, divulgada nesta quinta-feira, 10 de fevereiro, pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#). O gerente-executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, atribuiu a boa performance do setor industrial em 2010 à aceleração da atividade nos primeiros meses do ano, sobretudo no primeiro trimestre. "Foi um comportamento bastante positivo", assinalou.

Outro fator que influenciou a alta dos indicadores, segundo ele, foi o fraco comportamento da indústria em 2009, base da comparação anual. A pesquisa revela que no final de 2010, porém, o ritmo da atividade industrial recuou. A maioria dos indicadores sem influência sazonal registrou queda em dezembro comparativamente a novembro do ano passado.

ALTERNÂNCIA - O faturamento real da indústria mostrou alternância entre variações positivas e negativas nos últimos quatro meses de 2010 e desaceleração em dezembro, recuando 0,6% em relação a novembro de 2010.

Já o emprego caiu pela primeira vez em 18 meses, na comparação entre dezembro e novembro, com queda de 0,5%. Nos meses anteriores, desde junho de 2009, o emprego manteve trajetória de crescimento ou estabilidade mesmo quando houve declínio da atividade industrial. O indicador de horas trabalhadas, por sua vez, decresceu 2,2% em dezembro em comparação com novembro de 2010.

Os pagamentos extras típicos de dezembro, como o 13º salário e a distribuição de lucros, foram responsáveis pelo crescimento do rendimento médio real no final do ano. O indicador aumentou 12,3% em dezembro frente a novembro de 2010. Essa expansão, porém, é a menor observada em todos os meses de dezembro desde 2006, início da série histórica da pesquisa. A massa salarial subiu 10,2% em

dezembro em relação ao mês anterior, mas essa alta também foi baixa para o período do ano.

Em dezembro, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) se expandiu 0,2 ponto percentual na comparação com novembro, terceira alta consecutiva, e atingiu 82,8%. Ainda assim, a UCI está 0,5 ponto percentual inferior ao período pré-crise, ou seja, a setembro de 2008. O indicador avançou 2,5 pontos percentuais em comparação a dezembro de 2009, quando a indústria operava com 81,5% da sua capacidade.

Vários setores da indústria de transformação cresceram em dezembro de 2010 de forma menos intensa sobre o mesmo mês do ano anterior. Entre dezembro de 2009 e 2010, os segmentos que apresentaram a maior alta no faturamento, com aumento superior a 20%, foram outros equipamentos de transporte (helicópteros, navios, bicicletas), couros e calçados, material eletrônico e de comunicação e veículos automotores.

MICROEMPREENDEDOR DEVE APRESENTAR A DASN-SIMEI ATÉ 28/2

11/02/2011- Notas COAD

O MEI – Microempreendedor Individual, optante pelo Simei (Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional), deverá apresentar à Receita Federal até 28/2/2011 a declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, denominada DASN-SIMEI, relativa ao ano-calendário de 2010. A DASN-SIMEI deverá ser preenchida diretamente no Portal do Simples Nacional, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

A falta de apresentação ou a apresentação em atraso da DASN-SIMEI acarretará ao microempreendedor penalidade de, no mínimo, R\$ 50,00.

LÍDER DA BASE GOVERNISTA GARANTE CORREÇÃO DA TABELA DO IR

11/02/2011- Notas COAD

A base do governo está unificada para votar o salário mínimo proposto pelo governo, de R\$ 545, segundo informou o líder do governo na Câmara dos Deputados, Cândido Vaccarezza (PT-SP). Ele disse que conversou com os líderes dos partidos governistas e assegurou que quase todos estão "fechados" com o governo. "A base governista na Câmara está unificada na proposta do governo de manter a política de valorização do salário mínimo para 2011 e dar o reajuste de R\$ 545", afirmou. Votado o mínimo, Vaccarezza garante que o governo corrigirá a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Ele disse que a única resistência está no PDT, cujo líder, deputado Paulo Perreira da Silva (SP), o Paulinho, que também é presidente da Força Sindical, não concorda com este valor. O sindicalista defende o reajuste de R\$ 580 e ameaça, inclusive, deixar a base aliada caso o governo insista em manter a proposta original. Vaccarezza disse que vai conversar ainda hoje com o pedetista.

Ele disse ainda que o governo se compromete em manter a política de valorização do salário mínimo até 2023, mas que a proposta do governo não deve valer até lá. "Não sabemos qual será a variação do PIB [Produto Interno Bruto] e da inflação a partir de 2014 e 2015 e já será outro governo. O importante é, até 2023, afirmarmos a nossa política de recuperação do salário mínimo", explicou.

Se a proposta de reajuste do salário mínimo chegar na Câmara dos Deputados ainda esta semana, poderá ser votada na semana seguinte, assegurou Vaccarezza. Assim, o novo valor para o salário mínimo poderá estar em vigor em março. O líder garantiu ainda que, votada a proposta do salário mínimo como o governo quer, a tabela do Imposto de Renda será reajustada com base no centro da meta de inflação, que é 4,5% para este ano. "Uma vez votado o salário mínimo, a próxima medida do governo será o reajuste da tabela do Imposto de Renda", assegurou.

DIRETORIA DO SEBRAE PROMETE FORMALIZAR MAIS 500 MIL MEI NO ANO

11/02/2011- Notas COAD

Com a promessa de formalizar este ano mais 500 mil microempreendedores individuais (pessoas que trabalham por conta própria), tomou posse o novo presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o ex-ministro do Turismo Luiz Barretto, que substituiu Paulo Okamoto. Na mesma solenidade, foi empossada toda a nova diretoria executiva do Sebrae.

De acordo com Barretto, a formalização de um grande contingente de microempreendedores individuais terá reflexos positivos para o país. "Isso vai contribuir decisivamente para o crescimento e fortalecimento da economia brasileira, com a inserção de milhares e milhares de pessoas na economia formal.", disse ele, em seu discurso.

Atualmente, há 909 mil microempreendedores individuais formalizados. A criação desse status legal, que permite aos trabalhadores os benefícios da Previdência Social, foi possível por causa dos ajustes ao Estatuto Nacional das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – a Lei Complementar nº 123/2006.

Barretto assume o Sebrae Nacional também empenhado para que o Congresso Nacional aprove outra mudança no Estatuto: o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 591/2010, ampliando o teto e criando novas categorias para inclusão de empresas que podem se beneficiar com o regime de tributação especial (Simples Nacional), para pagar menos impostos e de forma desburocratizada.

Presente na solenidade, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), disse que o projeto, que está arquivado, poderá ser votado ainda este mês. A proposta tem apoio do PSDB. Para o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, o PLC é de "interesse de todos".

De acordo com o Sebrae, há 5,9 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil (99% do total de empresas), com 13,6 milhões de empregados (53% da mão de obra formal). Apesar da importância das micro e pequenas empresas no Brasil, a estrutura econômica é muito mais concentrada no país que na Argentina e na Europa, por exemplo.

No Brasil, as micro e pequenas empresas movimentam um quinto do Produto Interno Bruto (PIB); enquanto que no país vizinho elas representam 60% do PIB e na União

Europeia, 43%, segundo o empresário rural Roberto Simões, que tomou posse na presidência do Conselho Deliberativo do Sebrae.

Além da posse de Barretto e Simões para mandatos de quatro anos, foram reconduzidos aos cargos Carlos Alberto dos Santos (diretor técnico) e José Cláudio dos Santos (diretor de administração e finanças).

PROJETO OBRIGA ENDOSSANTE A HONRAR TÍTULO DE CRÉDITO

11/02/2011- Notas COAD

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 7807/10, do Senado, que obriga o endossante a pagar a prestação - como responsável solidário pela dívida -, se o devedor não o fizer. A proposta altera o Código Civil (Lei 10.406/02), que exime o endossante do cumprimento da obrigação do título.

O autor, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), lembra que o tema faz parte da Convenção de Genebra, segundo a qual o endossante, salvo cláusula em contrário, é abonador tanto da aceitação como do pagamento da letra.

Nota promissória

A favor de seu projeto, João Alberto argumenta ainda que o Brasil é signatário de uma convenção internacional para a adoção de uma lei uniforme sobre a letra de câmbio e a nota promissória.

Ele afirma que, "em uma economia globalizada, na qual é necessária a uniformidade entre as leis que regem o comércio mundial, constitui atraso um dispositivo legal que prevê regra antagônica à maior parte da legislação que regula a responsabilidade do endossante".

Fonte: Agência Câmara

GOVERNO QUER VOTAR NOVO PROJETO NA QUARTA-FEIRA, DIA 16/2

11/02/2011- Notas COAD

O líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), informou, nesta quinta-feira, que o governo quer votar o projeto de lei com o novo valor do salário mínimo na próxima quarta-feira (16/2), em sessão extraordinária.

A proposta, que estabelece um valor de R\$ 545 e uma política de reajuste até 2014, já foi encaminhada ao Congresso Nacional. De acordo com o líder, o reajuste até 2014 será feito com base na inflação do ano anterior e a variação do Produto Interno Bruto de dois anos antes. A fórmula é a mesma em vigor desde 2007.

Apesar de o governo defender o valor de R\$ 545, Vaccarezza admite que a oposição pode apresentar emendas à proposta. Ele não teme, no entanto, que o corte no orçamento deste ano, anunciado ontem pela equipe econômica, ameacará a votação.

R\$ 545

Sobre a reivindicação das centrais sindicais por um reajuste maior, Vaccarezza afirmou que o governo ainda tem tempo para convencê-los a apoiar o valor de R\$ 545.

Segundo o líder, serão agendadas reuniões com bancadas de vários partidos até o início da próxima semana para discutir o projeto.

Nesta quinta-feira, o governo já começou a intensificar os esforços para aprovar o novo salário mínimo no Congresso. O ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, estiveram na Câmara para discutir a proposta do governo com a bancada do PV.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que a proposta das centrais altera as regras do jogo e abre espaço para novas mudanças nos anos seguintes. Já o ministro Luiz Sérgio lembrou a dificuldade dos municípios em seguir os aumentos. Ele afirmou que em 2012 o mínimo deve chegar a R\$ 615. "Já recebi inúmeros prefeitos com uma enorme preocupação com relação ao salário mínimo. A maioria dos municípios são pequenos e o salário mínimo tem um impacto muito forte".

FONTE: Agência da Câmara dos Deputados